



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL SERAFIM CORRÊA

EMENDA MODIFICATIVA Nº 01 /2018

*Ao Projeto de Lei Complementar nº 01/2018 que
MODIFICA dispositivos do Código Tributário do
Estado do Amazonas, instituído pela Lei
Complementar n.º 19, de 29 de dezembro de 1997.*

No inciso I, caput, suprima-se “...e do § 1º do artigo 18,...” bem como a
íntegra da nova redação proposta ao

Art. 18.

§ 1º - O disposto neste artigo não se aplica à entrada,
na Zona Franca de Manaus, de produtos
industrializados de origem nacional oriundos de
outras localidades do Estado do Amazonas,
observado o disposto no artigo 149 da Constituição
do Estado do Amazonas.

JUSTIFICATIVA

Hoje, com a legislação em vigor, originariamente o art. 4º do DL 288/67
e após a CF/88, em função do art. 151, III, com o Convenio CONFAZ 65/88, as vendas
de outros estados de produtos industrializados para a Zona Franca de Manaus estão
isentas de ICMS e geram crédito de igual valor ao que deixou de ser pago na origem.

O mesmo incentivo é concedido pela atual legislação às operações de
fora da Zona Franca de Manaus, mas dentro do nosso estado, quando se destinarem à
Zona Franca de Manaus, exatamente para terem isonomia em relação aos produtores de
outros estados.



ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO AMAZONAS
GABINETE DO DEPUTADO ESTADUAL SERAFIM CORRÊA

Retirar tal incentivo significa tributar as já poucas indústrias do nosso interior a começar pelo polo oleiro de Iranduba do outro lado de Manaus, as quais deixariam de gerar crédito para as empresas em Manaus. Ora isso diminuiria a sua competitividade permitindo a que concorrentes, por exemplo, situados em Santarém/PA tomarem o mercado local.

Além do que tal iniciativa abre a guarda para que as outras unidades proponham a revogação do Convenio CONFAZ 65/88. Ou seja, essa proposta estimula novos ataques dos quais tanto reclamamos aos nossos incentivos fiscais.

Acresça-se que a CF/88 em seu art. 152 estabelece:

Art. 152. É vedado aos Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios estabelecer diferença tributária entre bens e serviços, de qualquer natureza, em razão de sua procedência ou destino.

Ou seja, a Constituição Federal veda essa discriminação contra a diferença tributária em função da procedência, pois enquanto o que vier dos outros 26 entes federados gerará crédito, o que vier do nosso próprio estado não gerará.

CF/88

Art. 151. É vedado à União:

III - instituir isenções de tributos da competência dos Estados, do Distrito Federal ou dos Municípios.

Por essas razões de natureza jurídica e econômica impõem-se a supressão proposta.

PAÇO DA ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DO
AMAZONAS, em Manaus, 10 de abril de 2018.

Deputado **SERAFIM CORRÊA** - PSB

Relator

Av. Mário Ypiranga Montelro (antiga Reclfe) - nº 3.950,
Ed. José de Jesus Lins de Albuquerque,
Parque Dez - Manaus - Amazonas
CEP 69.050-030